

22 OUT 2019

O ESTADO DE S. PAULO Judiciário.

Órgãos de segurança monitoram mensagens enviadas à Corte, que vai retomar amanhã julgamento sobre jurisprudência de prisões; caminhoneiros ameaçam fechar rodovias

Supremo sofre pressão para manter 2ª instância

Rafael Moraes Moura
Felipe Frazão / BRASÍLIA

O Supremo Tribunal Federal (STF) tem sofrido pressões para não derrubar a possibilidade de prisão após condenação em segunda instância. A intimidação mais agressiva vem de caminhoneiros bolsonaristas, que gravaram vídeos ameaçando novas paralisações caso o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva saia da cadeia. A ofensiva também chegou aos gabinetes dos ministros, que não param de receber mensagens e ligações para impedir a revisão da atual jurisprudência. Só no gabinete do ministro Luís Roberto Barroso, foram mais de 2 mil telefonemas e 4,5 mil e-mails na semana passada.

O Estado apurou que os órgãos de segurança e setores de inteligência do governo monitoram a questão, tanto nas redes quanto nas estradas, e produzem relatórios para analisar o que é “bravata” e o que pode ganhar algum tipo de força. De acordo com a assessoria do STF, as ameaças “que se mostrarem violentas serão enviadas para o âmbito do inquérito conduzido pelo ministro Alexandre de Moraes”, que cuida de investigação sobre ofensas e fake news contra integrantes da Corte.

Para impedir nova derrota da Lava Jato no STF, o grupo Vem Pra Rua mobilizou seguidores nas redes sociais para convencer Barroso e os ministros Luiz Fux, Edson Fachin e Cármen Lúcia –

os quatro são favoráveis à execução antecipada de pena – a pedirem vista (mais tempo para análise) e, dessa forma, interromper

o julgamento. A execução antecipada de pena é considerada um dos pilares da operação.

“Qual ministro terá coragem de pedir vista e impedir o fim da prisão após condenação em segunda instância?”, diz convocação do movimento, que divulgou na internet relação dos telefones e e-mails de cada um dos gabinetes. Cem mil usuários já acessaram a lista, segundo o grupo.

O plenário da Corte retoma amanhã o julgamento de três ações, com a expectativa de reverter o atual entendimento, favorável à prisão após condenação em segunda instância. Na semana passada, o ex-comandante do Exército general Eduardo Villas Bôas defendeu no Twitter o “grande esforço para combater a corrupção” e alertou para os riscos de “convulsão social”. No ano passado, um tuíte dele na véspera do julgamento de um habeas corpus de Lula foi interpretado como intimidação. Agora, a nova postagem é vista na Corte como um “gesto isolado”.

Ameaças. O recado mais estridente direcionado ao STF vem de grupos isolados de caminhoneiros, que divulgaram em redes sociais vídeos com mensagens contra os integrantes da Corte. “Se vocês soltarem tudo que é ladrão, principalmente o maior de todos eles, que é o Lula, vocês vão ver a maior paralisação que este País já teve. E quando os caminhoneiros pararam, o Brasil para. Fica esperto, Toffoli”, diz um caminhoneiro identificado como “Marcão”.

“Já viram caminhão subindo rampa? Vocês querem soltar bandido para benefício próprio de vocês. Chega! Ou vocês trabalham direito ou vão ver o que vai acontecer. Isso não é um recado, não. É uma promessa”, diz outro caminhoneiro.

Os vídeos circularam entre integrantes da Corte, que relativizam as declarações. “Tem de minimizar, porque essa decisão atinge um número baixo de pessoas”, disse o ministro Gilmar Mendes. Segundo o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o julgamento pode beneficiar 4.895 presos.

Ativistas. A paralisação de caminhoneiros é encabeçada por Ramiro Cruz Jr, representante da União Nacional dos Transportadores Rodoviários e Autônomos de Cargas (Unatrans). Filiado ao PSL, ele foi candidato a deputado federal, não se elegeu, mas mantém contato com assessores do presidente e com Bolsonaro, com quem chegou a se reunir em abril.

“Quanto mais deixar o STF correr solto, soltando bandido por atacado, promovendo o errado e condenando o certo, mais a reação da economia tarda e mais difícil fica (o governo Bolsonaro) continuar de pé. Estamos promovendo uma paralisação pela nossa sobrevivência como sociedade”, disse Ramiro ao Estado.

CONTINUA

22 OUT 2019

Um dos líderes da greve de caminhoneiros em 2018, o presidente da Cooperativa dos Transportadores Autônomos do Brasil (BrasCoop), Wallace Landim, o "Chorão", não é a favor de misturar a pauta política com as reivindicações da categoria. "A questão de paralisar a categoria toda para reivindicar uma pauta de STF eu não faço isso. Se precisar mobilizar para pauta da categoria, sou o primeiro a chamar. Pauta que não é da categoria eu não me envolvo", afirmou. /

COLABOROU TÂNIA MONTEIRO

Deltan abre mão de promoção para ficar na Lava Jato

Em ofício encaminhado ao Conselho Superior do Ministério Público Federal, o procurador da República Deltan Dallagnol abriu mão de concorrer à promoção para a Procuradoria Regional da República da 4.ª Região (PRR-4). No texto, Deltan afirma que "não tem interesse em concorrer à promoção no momento". Com isso, Deltan continua nos quadros do MPF em Curitiba, no posto de chefe da força-tarefa da Operação Lava Jato.

Conforme noticiou o Estado no início do mês, Deltan poderia se candidatar ao cargo, como uma "saída honrosa", caso a força-tarefa seja substituída por um grupo permanente de investigação, nos moldes do "Gaeco". A atuação de Deltan tem sido alvo de questionamentos após a divulgação de supostas mensagens trocadas com os demais procuradores da Lava Jato e com Sérgio Moro, então juiz da 13.ª Vara Federal Criminal de Curitiba. Em nota, Deltan afirmou que a decisão "foi tomada após conversar com os demais procuradores da força-tarefa e tomou em conta aspectos pessoais e profissionais". / FAUSTO MACEDO

'Solução intermediária' é alvo de críticas na Corte

Ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Superior Tribunal de Justiça (STJ) criticam nos bastidores a possibilidade de adoção de uma "solução intermediária" no julgamento sobre a prisão após condenação em segunda instância. O presidente do STF, Dias Toffoli, já defendeu em duas ocasiões a tese de que deveria caber a execução de pena já após decisão do STJ, mas a interlocutores sinalizou que pode mudar de ideia.

O ministro Gilmar Mendes, que já defendeu a "solução intermediária" do STJ, avisou que vai mudar de entendimento e acompanhar os colegas que defendem a prisão apenas depois do esgotamento de todos os recursos (o "trânsito em julgado").

Para o relator das três ações sobre o tema, ministro Marco Aurélio Mello, a possibilidade de prisão após terceira instância é uma "meia sola constitucional". Marco Aurélio é a favor da execução da pena após o esgotamento de todos os recursos. Outros ministros, como Ricardo Lewandowski, também destacam o princípio da presunção da inocência ao defender a posição de que um réu deve ter o direito de aguardar em liberdade até uma decisão definitiva da Justiça.

O tema divide ministros do STJ ouvidos pelo Estado nos últimos dias. Apenas um deles diz aprovar a "solução intermediária" de prisão após terceira instância. Para ele, um entendimento do Supremo nesse sentido valorizaria "bem mais" o STJ.

Outro ministro, porém, chamou de "absurda" a tese de Toffoli, sob a alegação de que esse entendimento "não tem qualquer base técnica, constitucional ou teórica", sendo "mero achismo".

Pesquisa coordenada e divulgada no ano passado pelo ministro Rogerio Schietti, do STJ, mostrou que é reduzido o índice de absolvição pela Corte de réus que já foram condenados em segunda instância.

Ao analisar cerca de 69 mil decisões de ministros e das duas Turmas do STJ especializadas em direito criminal, o levantamento mostrou que em apenas 0,62% dos casos houve absolvição e que em 1,02% dos processos a prisão foi substituída por uma pena alternativa, como perda de bens ou prestação de serviço à comunidade. / R.M.M.

COLUNA DO ESTADÃO

◆ Dois pesos... O presidente do STJ, Otávio Noronha, ratifica hoje no Conselho da Justiça Federal (CJF) a compra de um SUV de R\$ 135 mil para auxiliar na segurança dos conselheiros. Todos, porém, já dispõem de carro e segurança.

◆ ...duas medidas. A aquisição gerou críticas entre juízes federais criminais. Afir-mam que o CJF tem negado a aquisição de blindados para quem está sob ameaça em regiões de fronteira.

◆ Com a palavra. A assessoria do CJF diz que o carro será usado para a ronda da sede do Conselho, localizada em área de mata-gal.

22 OUT 2019

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Celso de Mello diz que há indícios de R\$ 3,25 mi em propina a deputado

Na decisão em que autorizou medidas de busca e apreensão da Operação Grand Bazaar contra o deputado Sérgio de Souza (MDB-PR), o ministro Celso de Mello, do Supremo Tribunal Federal (STF), frisou haver "relevantes indícios" de que o parlamentar recebeu R\$ 3,25 milhões em propina quando foi relator da comissão parlamentar de inquérito (CPI) que investigou fundos de pensão públicos.

Celso de Mello diz que há indícios de R\$ 3,25 mi em propina a deputado

Na decisão em que autorizou medidas de busca e apreensão da Operação Grand Bazaar contra o deputado Sérgio de Souza (MDB-PR), o ministro Celso de Mello, do Supremo Tribunal Federal (STF), frisou haver "relevantes indícios" de que o parlamentar recebeu R\$ 3,25 milhões em propina quando foi relator da comissão parlamentar de inquérito (CPI) que investigou fundos de pensão públicos.

Com a autorização de Celso de Mello, a Polícia Federal (PF) deflagrou a operação com o cumprimento de 18 mandados de busca e apreensão no Distrito Federal, no Rio de Janeiro, São Paulo e Curitiba, contra autoridades públicas, um empresário e um advogado.

22 OUT 2019

FOLHA DE LONDRINA

TRE cassa mandatos de Ricardo Barros e Jonas Guimarães

Por 3 votos a 2, tribunal acata representação do MPE que considerou como compra de votos presença dos deputados em jantar durante a campanha eleitoral; cabe recurso no TSE

Mariana Franco Ramos

Reportagem Local

Curitiba - O TRE (Tribunal Regional Eleitoral) do Paraná decidiu nessa segunda-feira (21), por 3 votos a 2, cassar os mandatos do deputado federal Ricardo Barros (PP) e do deputado estadual Jonas Guimarães (PSB). O motivo seria a participação de ambos em um jantar durante a campanha eleitoral de 2018 no município de Barbosa Ferraz, na região Noroeste. Ainda cabe recurso.

A decisão é resultado de uma representação do MPE (Ministério Público Eleitoral), que considerou a presença dos políticos no evento como "compra de votos". No entendimento do MPE e da maioria dos magistrados, o jantar teria ocorrido em benefício dos deputados. Eles alegam, contudo, que apenas compareceram a uma festa de aniversário, como convidados. A Lei de Eleições proíbe candidatos de doarem, oferecerem, prometerem ou entregarem ao eleitor bem ou vantagem de qualquer natureza.

A ex-governadora Cida Borghetti (PP) também foi



O deputado federal Ricardo Barros (PP) contesta decisão e já avisou que irá recorrer com efeito suspensivo ao TSE

citada na ação, entretanto, como não se elegeu, a sanção não se aplica. O Tribunal impôs a multa mínima, de 5 mil Ufir's, a ela e aos parlamentares. A partir da publicação do acórdão pelo TRE, os políticos podem recorrer ao TSE (Tribunal Superior Eleitoral), com efeito suspensivo da decisão. Até lá, eles seguem exercendo suas funções normalmente.

DEFESAS

A assessoria jurídica de Ricardo Barros confirmou que adotará esse procedimento. "A decisão, por maioria apertada, destoia da jurisprudência do TSE a respeito do assunto. O deputado federal participou como convidado de um jantar em uma festa de aniversário na cidade de Barbosa Ferraz", disse.

CONTINUA

22 OUT 2019

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

Em nota, o pepista destacou que foi relator da lei de abuso de autoridade, "legislação recebida com resistência por diversos setores do judiciário brasileiro", mas que não acredita que a ação movida seja algum tipo de retaliação. A assessoria da ex-governadora também informou que ela irá recorrer.

Por telefone, Guimarães contou à **FOLHA** que seu advogado já estava entrando com um embargo de decisão. "Acredito que vamos conseguir. Não vejo por que o julgamento dar a negativa para a gente. Na realidade, teve um jantar em Barbosa Ferraz de uma senhora que realmente fez aniversário. Uma pessoa ligada à campanha, que era o filho dela, nos convidou. Eu passei nesse aniversário e depois fui embora", justificou.

O deputado garantiu estar "com a consciência tranquila". "Uma promotora lá de Barbosa Ferraz entrou com uma ação falando que caracterizava compra de votos. Na minha opinião, não tem nada a ver. Mas no TRE perdemos por 3 a 2. Por isso vou entrar agora separadamente com o embargo", completou.

22 OUT 2019

FOLHA DE LONDRINA

Violência doméstica

Marechal Cândido Rondon – A mesa redonda “Grupos reflexivos para homens: práticas preventivas à violência doméstica” será realizada no dia 24 de outubro, às 13h30, no Tribunal do Júri da União (Universidade Estadual do Oeste do Paraná), tendo como palestrantes Adriéli Volpato Craveiro, assistente social do Ministério Público, e Elaine Lopo Rodrigues, promotora de Justiça, ambas responsáveis pela implantação do grupo reflexivo para homens em Cianorte. Promoção do Prosmape (Programa de Orientação Social Maria da Penha) e o Numape (Núcleo Maria da Penha). Inscrições no <https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSe6TbiARKjMZUi4vOmEDfGxiKVwR2SfaTIV5mRHZSOVUdNy7g/viewform>

Militão

Ciclo de Estudos Jurídicos da Unifil

Juristas, um hacker “do bem” e especialistas em tecnologia da informação estão entre os renomados palestrantes do Ciclo de Estudos Jurídicos da Unifil, que debaterá “Direito, Tecnologia e Inovação”, de 29 a 31 de outubro. É o maior evento do Norte do Paraná com esse enfoque, reunindo na programação temas como proteção de dados, consentimento, cyber segurança, crimes na internet, direitos e deveres do robô na era da inteligência artificial. “O direito precisa acompanhar as transformações sociais a fim de regulamentar as novas formas de relações jurídicas. A introdução da tecnologia na vida, no cotidiano, é cada vez maior, provocando muitas alterações nas relações sociais e atividades produtivas”, analisa o professor doutor Osmar Vieira, coordenador do curso de direito da Unifil, que organiza o congresso.

Inscrições pelo site www.unifil.br-eventos-jurpidica.

22 OUT 2019

FOLHA DE S. PAULO

Julgamento no STF

abre 27 possibilidades

de destino para Lula

Entenda o que pode acontecer com o petista a depender do resultado no Supremo sobre prisão após 2ª instância

Flávia Faria

SÃO PAULO Nesta quarta (23), o Supremo Tribunal Federal (STF) retoma o julgamento que decide se um réu condenado em segunda instância já pode começar a cumprir pena ou deve aguardar o fim dos recursos judiciais (quando ocorre o trânsito em julgado).

Há ainda uma outra hipótese em estudo, que prevê a prisão após condenação no Superior Tribunal de Justiça (STJ).

O resultado interessa ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), preso em Curitiba. A depender da decisão, ele pode deixar a cadeia.

O petista deve enfrentar ainda neste ano mais dois julgamentos de peso. Um deles, na Segunda Turma do STF, avalia se o ex-juiz Sergio Moro conduziu o processo do triplex de Guarujá (SP) de maneira parcial. Se os ministros decidirem nesse sentido, a condenação que levou o ex-presidente à cadeia pode ser anulada.

Também é possível que resulte na anulação de outra sentença, desta vez relativa ao caso do sítio de Atibaia (SP).

Pelo sítio, Lula foi condenado a mais de 12 anos de prisão. Aguarda o julgamento em segunda instância, pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região.

Essa mesma sentença pode ser anulada em razão de outra questão, analisada no Supremo, que envolve ritos processuais em ações com réus delatores e delatados.

Lula aguarda ainda o desfecho do pedido dos procuradores da força-tarefa da Lava Jato para que cumpra o restante da pena do caso do triplex em regime semiaberto.

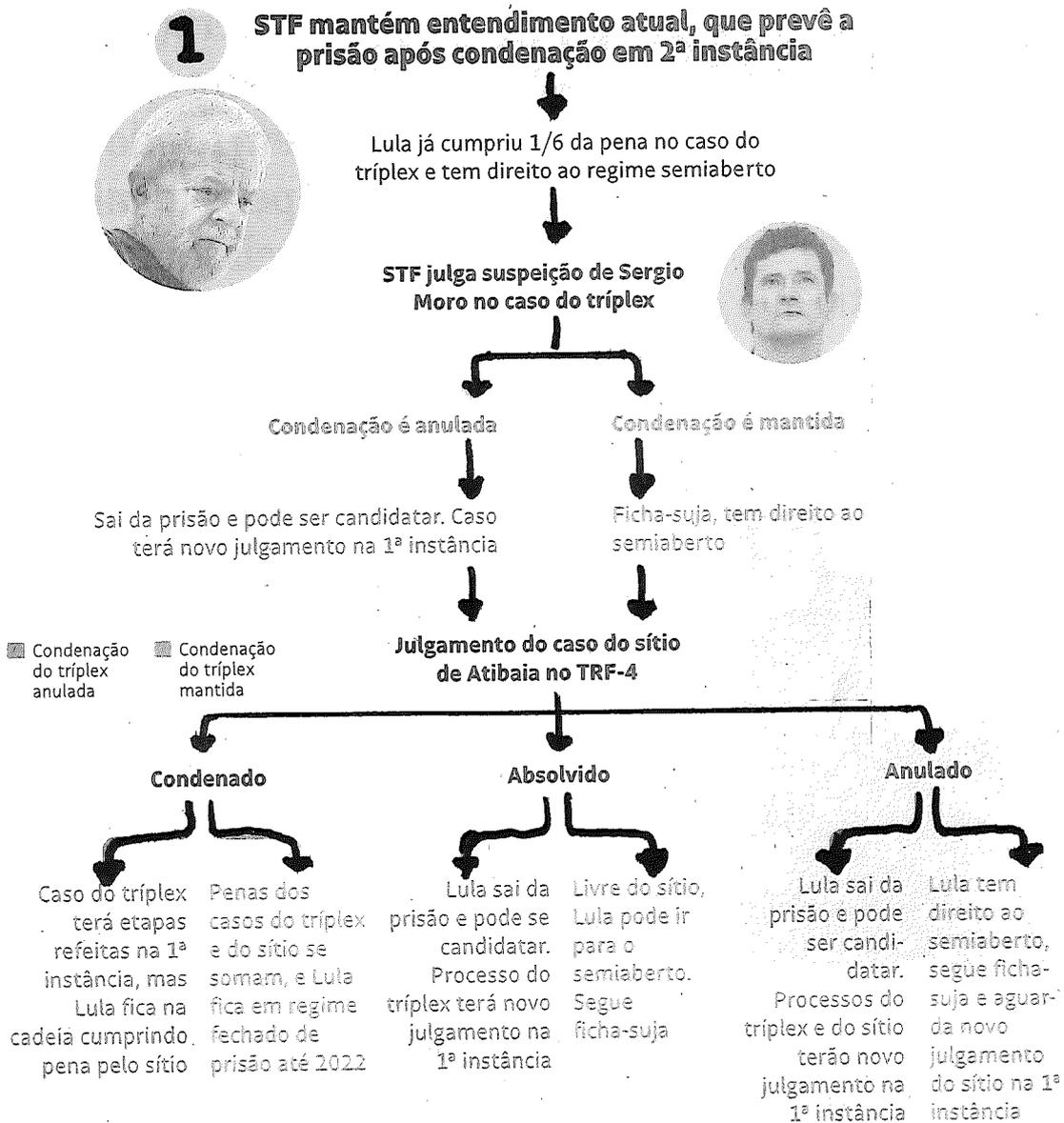
O petista pediu à Justiça o direito de recusar o benefício.

CONTINUA

22 OUT 2019

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO



CONTINUA

22 OUT 2019

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

2

STF muda entendimento atual, e prisão deve aguardar o trânsito em julgado



Inelegível, Lula sai da cadeia e aguarda em liberdade o fim dos recursos do tríplex

STF julga suspeição de Sergio Moro no caso do tríplex



Condenação é anulada

Condenação é mantida

Pode se candidatar. Caso terá novo julgamento na 1ª instância

Aguarda fim do processo em liberdade. Segue ficha-suja

■ Condenação do tríplex anulada

■ Condenação do tríplex mantida

Julgamento do caso do sítio de Atibaia no TRF-4

Condenado

Absolvido

Anulado

Aguarda em liberdade até que se esgotem os recursos do sítio, mas não pode se candidatar

Aguarda em liberdade até que se esgotem os recursos dos dois processos, mas não pode se candidatar

Fora da prisão e livre da Lei da Ficha Limpa, pode se candidatar

Aguarda desfecho do tríplex em liberdade. Não pode ser candidato

Fora da cadeia e livre da Lei da Ficha Limpa, aguarda novos julgamentos em 1ª instância nos dois casos

Inelegível, aguarda em liberdade fim do processo do tríplex e novo julgamento em 1ª instância do sítio

CONTINUA

22 OUT 2019

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

3

STF decide que pena pode ter início após condenação no STJ



Lula já foi condenado pelo STJ no caso do triplex, mas cumpre requisitos para ir ao semiaberto

STF julga suspeição de Sergio Moro no caso do triplex



Condenação é anulada

Condenação é mantida

Sai da prisão e pode se candidatar. Triplex terá novo julgamento em 1ª instância

Segue ficha-suja e tem direito ao semiaberto

■ Condenação do triplex anulada

■ Condenação do triplex mantida

Julgamento do caso do sítio de Atibaia no TRF-4

Condenado

Absolvido

Anulado

Ficha-suja, aguarda em liberdade o julgamento do sítio no STJ

Tem direito ao semiaberto, mas volta à prisão se for condenado no STJ pelo sítio

Sai da prisão, se livra da Lei da Ficha Limpa e pôde se candidatar

Está livre do sítio, mas segue ficha-suja, com direito ao semiaberto

Sai da prisão e pode se candidatar. Processos terão novo julgamento na 1ª instância

Ainda ficha-suja, tem direito ao semiaberto. Sítio terá novo julgamento na 1ª instância

22 OUT 2019

FOLHA DE S. PAULO

Deltan rejeita interesse em promoção que o afastaria da Lava Jato

Katna Baran

CURITIBA O procurador Deltan Dallagnol, chefe da força-tarefa da Operação Lava Jato em Curitiba, encaminhou nesta segunda-feira (21) ofício ao CSMP (Conselho Superior do Ministério Público) afirmando não ter interesse em concorrer a uma promoção dentro da instituição no momento.

Ele poderia disputar, caso não recusasse, uma das dez vagas em aberto nas Procuradorias Regionais da República —nove em Brasília e uma em Porto Alegre. Com a manifestação de desinteresse, Deltan deve permanecer em seu posto atual, na capital paranaense.

Em nota, o MPF (Ministério Público Federal) do Paraná informou que Deltan tomou a decisão após conversar com os demais procuradores da força-tarefa e por causa de “aspectos pessoais e profissionais”.

O CSMP estipula regras de promoção dos seus membros por critérios de merecimento e antiguidade.

Os nomes para ocupar as vagas devem ser decididos

no próximo dia 5 de novembro. Os membros tinham até esta segunda-feira para apresentar recusa aos postos.

Deltan coordena o grupo da Lava Jato em Curitiba há cinco anos.

A promoção —e a consequente saída da força-tarefa— poderia ser um escape para ele, cada vez mais pressionado na função, desde o vazamento de mensagens no aplicativo Telegram obtidas pelo site The Intercept, que geraram reportagens em parceria com outros veículos, como a Folha.

As conversas expuseram a proximidade entre o ex-juiz Sergio Moro e os procuradores e colocaram em dúvida a imparcialidade, como juiz, do atual ministro da Justiça e a conduta da força-tarefa, incluindo Deltan.

Moro e o procurador têm repetido que não reconhecem a autenticidade das mensagens, mas que, se elas forem verdadeiras, não contêm ilegalidades.

A PF deflagrou duas operações sobre a invasão de contas de Telegram de autoridades e prendeu seis pessoas suspeitas do hackeamento.

FOLHA DE S. PAULO

Operação da PF sobre fraudes em fundos de pensão mira relator de CPI

22 OUT 2019

BRASÍLIA A Polícia Federal fez nesta segunda (21) operação contra um suposto esquema de pagamento de propinas ao deputado federal Sergio Souza (MDB-PR) por um grupo suspeito de fraudar fundos de pensão.

Souza foi relator da CPI aberta para investigar ilegalidades nessas entidades.

Os agentes cumpriram 18 mandados de busca e apreensão, autorizados pelo STF, em Curitiba, São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília.

A investigação foi instaurada em 2018, com base na delação premiada de Lúcio Funaro, operador de esquemas de corrupção do MDB.

Segundo a PF, o grupo desviava recursos de fundos de pensão e os remetia para empresas de fachada nos EUA. “Com a confirmação do recebimento de valores em contas indicadas no exterior, operadores disponibilizavam recursos em espécie no Brasil, a fim de que fossem entregues em endereços vinculados a supostos intermediários do parlamentar”, disse a PF.

Souza não foi encontrado pela polícia, pois estaria na Ásia. Em nota, ele se disse tranquilo e à disposição da Justiça.

O congressista acrescentou que, como relator da CPI dos Fundos de Pensão, “trabalhou com afinco” e que o texto final aprovado levou a diversas ações da PF.

22 OUT 2019

FOLHA DE S. PAULO

PAINEL DO LEITOR

PAINEL

ANTES TARDE... A decisão do procurador-geral da República, Augusto Aras, de cancelar sessão do Conselho Nacional do Ministério Público desta terça (22) não surpreendeu ala do órgão. O grupo que defende punições a Deltan Dalagnol acredita que ele quer tempo para ampliar o apoio a Marcelo Weitzel para o cargo de corregedor, que está vago.

COM SANGUE Conselheiros dizem que o fato de Deltan Dalagnol não ter se inscrito na lista para ser promovido mostra que ele só deixará a coordenação da Lava Jato em Curitiba à força. Para eles, uma saída honrosa, como tenta costurar Aras, dificilmente ocorrerá.

Pele negra

Muito pertinente o artigo da advogada Monique Rodrigues do Prado ("A doutora da pele preta", 21/10), que revela a ancestralidade secular do "corpo suporte" em nossa sociedade (empregada doméstica, segurança, babá, gari, sambista, passista). Sou negro e em frequentes voos internacionais saindo do Brasil, brancos, ao puxarem conversa comigo, fazem-no em inglês. E muitos se surpreendem de ver moças louras executando serviços de limpeza em Santa Catarina. Conclusão: eu te aceito, mas no teu devido lugar.

José Roberto Machado (São Paulo, SP)

Parabéns à advogada Monique do Prado. É indispensável que os brasileiros em geral, mas sobretudo os das classes alta e média, tomem consciência de que o preconceito racial, ainda que não explícito, está entranhado em nosso subconsciente.

Fábio Konder Comparato
(São Paulo, SP)

Jogo com regras

Sou contra o Estado controlar a atividade de jogos (editorial "Jogo com regras", 20/10). O jogo deve ser liberado, e cada um que arque com as consequências. Afinal, como diz o outro editorial na mesma edição, "a vítima decide".

Eduardo Leivas Bastos
(Novo Hamburgo, RS)

22 OUT 2019

JORNAL DO ÔNIBUS

Na Assembleia, ministro do STJ defende limites

Alep

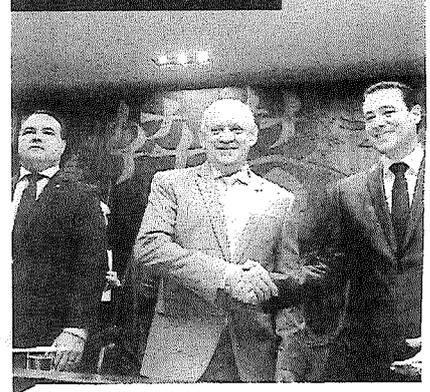
O ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Nefi Cordeiro, defendeu na manhã de ontem na Assembleia Legislativa do Paraná (Alep) o limite e o controle dos Poderes constituídos para evitar o abuso de poder. Para o ministro, instituições como Executivo, Legislativo, Judiciário, Ministério Público, Polícia Militar, entre outras, necessitam de instrumentos para controlar possíveis abusos. "Há, inclusive, um natural abuso de poder por parte do ser humano. Todos precisamos de regras", afirmou.

Cordeiro ministrou a palestra "Perspectivas da Lei de Abuso de Autoridade e a sua influência sobre os poderes constituídos", durante o II Curso de Assessoria Parlamentar

da Associação dos Oficiais Policiais e Bombeiros Militares do Estado do Paraná (Assofepar). O curso contou com outros palestrantes especialistas nos temas que abrangem o universo da assessoria parlamentar e foi destinado a oficiais militares estaduais de todas as regiões do Estado e de outras unidades da federação.

O presidente da Assembleia, deputado Ademar Traiano (PSDB), disse que o Legislativo paranaense cumpre sua função ao fazer o elo entre a sociedade e os poderes constituídos. "O Poder Legislativo é parte permanente desta interação, justamente neste curso que visa promover o aprimoramento e o conhecimento", disse. ■

Traiano participou da palestra do ministro Nefi Cordeiro



Deputado paranaense é investigado pela PF

Agência Câmara



Sergio Souza foi relator da CPI dos fundos de pensão concluída em 2016

A Polícia Federal (PF) deflagrou, na manhã de ontem, operação em quatro estados com o objetivo de desarticular esquema de fraudes em fundos de pensão. A operação batizada de Grand Bazaar foi autorizada pelo ministro Celso de Mello, do Supremo Tribunal Federal (STF), e mira o deputado Sergio Souza (MDB-PR).

A suspeita dos investigadores é a de que o deputado recebeu R\$ 3,25 milhões para evitar a con-

vocação e o indiciamento de algumas pessoas na CPI dos fundos de pensão, entre elas, o ex-presidente da Petros, Wagner Pinheiro de Oliveira e o ex-presidente do Postalís, Antônio Carlos Conquista.

Em nota divulgada no início da tarde, a assessoria do deputado diz que ele foi surpreendido, mas está "tranquilo" e se colocou "à disposição" da Justiça. Celso de Mello vê 'relevantes indícios' sobre Sergio Souza. ■

22 OUT 2019

JORNAL DO ÔNIBUS

Dallagnol abre mão de promoção para ficar na Lava Jato

O procurador da República Deltan Dallagnol abriu mão de promoção à Procuradoria Regional da República da 4.^a Região (PRR-4), sediada em Porto Alegre. Ele preferiu continuar nos quadros do Ministério Público Federal em Curitiba, no posto de chefe da força-tarefa da Operação Lava Jato, maior investigação já deflagrada no País contra a corrupção e lavagem de dinheiro.

Ontem, Deltan enviou ofício ao Conselho Superior do Ministério Público Federal, “indicando que não tem interesse em concorrer à promoção no momento”. Nos últimos dias, o procurador da Lava Jato tem sido questionado e alvo de especulações sobre seu futuro na instituição.

Citado por supostos abusos na condução da Lava Jato, Deltan considerou, após sucessivas reuniões com seus pares, que se saísse agora poderia deixar a impressão que estava admitindo erros. ■

Diploma cassado

Uma decisão do TRE-PR multou e decidiu pela cassação do mandato de Ricardo Barros. O deputado divulgou nota de esclarecimento: “Já estou providenciando o recurso com efeito suspensivo da decisão do TRE/PR que me multou e decidiu pela cassação do meu mandato por ter comparecido a um jantar em uma festa de aniversário em Barbosa Ferraz em 2018”. O recurso com efeito suspensivo deixará a decisão suspensa até a apreciação dos recursos no Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

TRIBUNADO PARANÁ

Jantar 'pesado'

22 OUT 2019



Ricardo Barros, eleito como deputado federal no último ano, teve seu mandato cassado pelo Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR). O ex-ministro da Saúde do governo de Michel Temer teve seu diploma retirado pela Corte, que avaliou que um jantar do qual o então candidato participou, na cidade de Barbosa Ferraz, que fica nas imediações de Campo Mourão, região norte do Paraná, seria uma irregularidade de campanha. O parlamentar não deixa o cargo imediatamente, já que tem direito a recurso no Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Em nota, a assessoria do político afirma que vai recorrer e que discorda da decisão do TRE-PR.

22 OUT 2019

BEMPARANÁ

Deputado Sergio Souza é alvo de operação da PF

Paranaense teria cobrado propina para não convocar executivos em CPI

A Polícia Federal promoveu ontem ação de busca e apreensão em endereços do deputado federal paranaense Sergio Souza (MDB) no âmbito da operação Grand Bazaar, que investiga suspeitas de que ele teria recebido propina para não incluir o presidente do Postalis e do Petros na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Câmara dos Deputados que apurava desvio de recursos de fundos de pensões. A operação foi autorizada por Celso de Melo, ministro do Supremo e contou com cerca de 100 agentes que cumprem 18 mandados em Curitiba, São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília. Ela é um desdobramento da delação premiada do operador financeiro Lúcio Funaro, investigado nas operações Cui Bono e Patmos, ambas deflagradas em 2017.

Em depoimento de delação premiada prestado em 2017, Funaro afirmou que o deputado cobrou R\$ 9 milhões de propina para não convocar para depoimento os ex-executivos Wagner



Luis Macedo/Câmara dos Deputados

Souza: deputado ficou "surpreso"

Pinheiro, ex-presidente do Petros, e Antônio Carlos Conquista, ex-presidente do Postalis. O pedido teria sido feita por Arthur Pinheiro Machado, amigo de Funaro e dono da Ágora corretora e Bridge. Funaro, então, perguntou sobre a viabilidade do pedido ao ex-presidente da Câmara dos Deputados Eduardo Cunha (MDB/R), mas ele disse que não havia nomeado nem o presidente nem o relator da CPI, respectivamente os deputados Efraim

Filho (DEM-PB) e Sergio Souza.

Doleiro - Funaro relatou: "(Eduardo) Cunha disse para conversar com Marcos Joaquim Gonçalves, advogado do escritório Mattos Filho, para ver se ele teria uma solução já que era amigo de Sergio (Souza). Marcos voltou com a informação de que tal demanda era possível." Marcos Joaquim Gonçalves era funcionário do escritório Mattos Filho à época da delação, mas saiu de lá há quase três anos. Atualmente, ele é líder do MJ Alves e Burle Advogados e Consultores.

Ainda segundo o delator, ele teria se reunido em Brasília, numa casa no Lago Sul, com o advogado Marcos Joaquim, Arthur Machado, Souza e um assessor deste. Na reunião teria sido acertada a propina de R\$ 9 milhões.

O deputado - que está em viagem oficial à China - divulgou nota negando as acusações e se disse "tomado de surpresa" com a operação da PF. Ele alegou ainda estar tranquilo e "à disposição da Justiça".

Por Lava Jato, Dallagnol abre mão de promoção

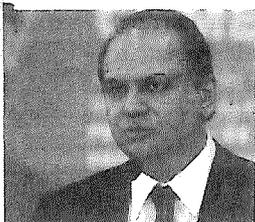
O procurador da República Deltan Dallagnol abriu mão de promoção à Procuradoria Regional da República da 4.ª Região (PRR-4), sediada em Porto Alegre. Ele preferiu continuar nos quadros do Ministério Público Federal em Curitiba, no posto de chefe da força-tarefa da Operação Lava Jato, maior investigação já deflagrada no País contra a corrupção e lavagem de dinheiro. Ontem, Deltan enviou ofício ao Conselho Superior do Ministério Público Federal, "indicando que não tem interesse em concorrer à promoção no momento".

22 OUT 2019

BEMPARANÁ

Cassação

O Tribunal Regional Eleitoral (TRE) cassou hoje os mandatos do deputado federal Ricardo Barros (PP) e Jonas Guimarães (PSB). O motivo foi a participação dos dois em um jantar durante a campanha de 2018 em Barbosa Ferraz (região Noroeste). Barros disse que vai recorrer.



Recurso

"Já estou providenciando o recurso com efeito suspensivo da decisão do TRE/PR que me multou e decidi pela cassação do meu mandato por ter comparecido a um jantar em uma festa de aniversário em Barbosa Ferraz em 2018. O recurso com efeito suspensivo deixará a decisão suspensa até a apreciação dos recursos no Tribunal Superior Eleitoral (TSE)", afirmou ele, em nota. "Estou tranquilo e confiante na reversão da decisão já que toda a jurisprudência do assunto no TSE é favorável. Fui relator da lei de abuso de autoridade na Câmara. Legislação recebida com resistência por diversos setores do judiciário brasileiro, porém não acredito que essa decisão seja algum tipo de retaliação", comentou Barros.

Prisão

O presidente da Câmara de Vereadores de Cruzeiro do Iguaçu (Sudoeste), Sadi Francischini (PP), e um assessor legislativo foram presos em flagrante na quinta-feira pelo crime de peculato. A prisão foi feita pela 1ª Promotoria de Justiça de Dois Vizinhos, após denúncia anônima de que o veículo oficial do Legislativo estava transportando uma pessoa para uma audiência privada no Fórum de Dois Vizinhos.

Audiência

A promotoria confirmou a veracidade das denúncias e prendeu o assessor, que foi flagrado conduzindo o veículo com o homem que participaria da audiência. A ordem para levar o cidadão até o Fórum partiu do presidente da Câmara, razão pela qual ele também foi preso. No início deste ano, a Promotoria de Justiça havia expedido recomendação administrativa ao presidente da Câmara de Cruzeiro do Iguaçu para que regulamentasse o uso do veículo oficial, diante de notícias do seu uso indevido.

Merenda

O Ministério Público entrou ontem com ação civil pública por ato de improbidade administrativa contra a prefeita de Farol, Angela Kraus (PSDB) e uma empresa de Araruna. O motivo é a suspeita de fraudes em licitações de 2017 para fornecimento de merenda escolar e alimentos. De acordo com as investigações do MP, as fraudes envolveriam a restrição da competitividade e o direcionamento dos processos licitatórios, o uso de uma empresa de fachada para a execução dos serviços, o superfaturamento dos preços, a entrega de produtos diferentes ou de qualidade inferior aos contratados e a falta de controle do recebimento de mercadorias, entre outros pontos.

Devolução

Na ação, a promotoria pediu a condenação dos réus às sanções previstas na Lei de Improbidade, como perda da função pública, suspensão dos direitos políticos, ressarcimento dos danos aos cofres públicos calculados em aproximadamente R\$ 33,5 mil e pagamento de multa.

22 OUT 2019

METRO



Direitos dos presos

Advogada ganha comenda

A advogada Isabel Kugler Mendes será homenageada amanhã na Câmara de Vereadores de Araucária. Ela recebe, em solenidade às 19h, a Comenda Inesul. Premiação oferecida desde 2007 pela Faneesp (Faculdade Nacional de Educação e Ensino Superior do Paraná) para personalidades que contribuem na construção de uma sociedade "mais justa e democrática". Isabel é presidente do Conselho da Comunidade da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba e trabalha defendendo os direitos dos detentos em presídios e delegacias.

Pensão. Operação apura se deputado recebeu para não convocar executivos

O deputado federal Sérgio Souza (MDB-PR) foi alvo ontem de buscas da Polícia Federal. A ação é parte da Operação Grand Bazaar, que apura se o parlamentar recebeu propina para não incluir os presidentes do Postalís e da Petros em CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) da Câmara dos Deputados que apurava desvio de recursos de fundos de pensões entre 2015 e 2016. Souza era relator da comissão. A operação foi autorizada por Celso de Melo, ministro do Supremo.

Ela é um desdobramento da delação premiada do operador financeiro Lúcio Funaro, investigado nas operações Cui Bono e Patmos, ambas deflagradas em 2017.

De acordo com a Polícia Federal, o ciclo de lavagem de dinheiro envolvia a remessa de recursos desviados dos fundos de pensão para empresas de fachada nos Estados Unidos. Com a confirmação do recebimento de valores em contas indicadas no exterior, operadores disponibilizariam recursos em espécie no Brasil para que fossem entregues em endereços vinculados a supostos intermediários do parlamentar federal, tanto em residências em Brasília como em hotéis em São Paulo.

Funaro afirma em sua delação que o deputado Sérgio Souza cobrou R\$ 9 milhões para não convocar os executivos do Postalís e da Petros.

O emedebista se dis-



Sérgio Souza foi alvo da PF
| GLEIA VIANA/CÂMARA DOS DEPUTADOS

se surpreso com a operação e ressaltou que “se coloca inteiramente à disposição da Justiça para elucidar qualquer fato que seja necessário”.

A Petros afirmou colaborar com as investigações e manter apurações internas sobre “irregularidades em investimentos decididos no passado”.

O órgão regulador Superintendência Nacional de Previdência Complementar, que desde 2017 intervém no instituto Postalís, disse não tratar publicamente de entidades fechadas para não prejudicar o andamento de eventuais processos. **METRO**